



Senadores divergem sobre ação no Pinheirinho

Em audiência pública realizada ontem, Eduardo Suplicy criticou desocupação da comunidade, enquanto Aloysio Nunes Ferreira defendeu governo paulista

A Comissão de Direitos Humanos ouviu ontem, em audiência pública, ex-moradores da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), que foi desocupada mês passado em meio a denúncias de violência por parte de policiais. Os senadores Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes, ambos

de São Paulo, travaram discussão sobre o assunto. Suplicy criticou o governo paulista e o do município por ignorarem, segundo disse, decisão judicial que suspendia a reintegração. Aloysio contestou Suplicy e afirmou que as denúncias fazem parte de “operação política” contra o governo paulista. **3**



Valdir Souza (D), ex-morador do Pinheirinho, fala em audiência sobre a desocupação da comunidade, ao lado dos senadores Pedro Simon e Pedro Taques

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Aloysio Nunes Ferreira (E) e Eduardo Suplicy (D) durante o debate: novo encontro sobre o caso deve ocorrer em 15 dias

Gerardo Magalhães/Senado Federal

Glomar Gomes



Produção gaúcha de uva e vinho é apontada pela senadora como exemplo de setor prejudicado pela concorrência externa

Ana Amélia alerta para crise na indústria

A forte concorrência internacional está levando o país a uma progressiva desindustrialização, verificada já há alguns anos. O diagnóstico foi feito em Plenário

pela senadora Ana Amélia, para a qual uma recuperação exige investimentos públicos, mudanças nos sistemas tributário e fiscal e melhorias na infraestrutura. **4**

Baixa competitividade preocupa José Agripino **4**

Jucá anuncia prorrogação do Supersimples para 12 de março **2**

Moka destaca reunião de comissão com Patriota sobre brasiguaios **2**

Alvaro pede ao governo do Paraná mais investimentos públicos **4**

Assine a newsletter do Jornal do Senado

Basta se cadastrar no portal de notícias do Senado para receber, no seu e-mail, a informação mais completa sobre o trabalho dos senadores.



www.senado.gov.br/jornal

Aplicativo de cálculo dos valores das parcelas relativas aos novos enquadramentos está sendo feito e a Receita Federal decidiu prorrogar o vencimento, programado inicialmente para 22 de fevereiro

Romero Jucá: Supersimples vence no dia 12 de março

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), comunicou que a Receita Federal prorrogou para 12 de março o vencimento do Simples Nacional. A data anterior era 22 de fevereiro.

Jucá informou que a alteração se deu porque o programa de computador que calcula o valor da parcela em relação aos novos limites de enquadramento teve de ser refeito. O aplicativo ficará pronto em 5 de março, afirmou.

O senador assinalou que os novos limites máximos de faturamento anual para o Supersimples foram aprovados pelo Congresso no ano passado. O limite para microempresas passou de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil; para as pequenas empresas, de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões; e para profissionais

autônomos formalizados, de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil.

Medidas provisórias

Segundo o líder, a primeira das três MPs que trancam a pauta do Plenário já pode ser votada na próxima quarta-

-feira. As outras duas, na quinta. Jucá ressaltou que as MPs chegam ao Plenário com prazo de validade bastante curto (sua vigência expira em 8 de março) e apelou aos senadores esforço para sua discussão e votação.



Romero Jucá pede empenho na votação de três MPs que trancam a pauta

Foto: de Waldemir Barreto/Senado Federal

Senadores terão audiência com o Itamaraty sobre brasiguaios

Waldemir Moka (PMDB-MS) assinalou ontem em Plenário a importância da audiência que os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) terão com o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, sobre a situação dos brasiguaios, como são chamados os agricultores brasileiros que produzem há décadas no Paraguai.

Vice-presidente da comissão, Moka afirmou que os senadores querem saber do Itamaraty quais as providências já tomadas e quais as que podem vir a ser definidas sobre a questão.

O senador afirmou que, há mais de 40 anos, produtores brasileiros se instalaram em terras paraguaias a convite do governo daquele país. Hoje, somam uma comunidade de 350 mil pessoas.

Moka lamentou que essas pessoas estejam agora sendo constrangidas, ameaçadas e acusadas de falsificação de



Comunidade dos brasiguaios chega a 350 mil pessoas, lembra Moka

documentos. Ele também lamentou as ameaças dos trabalhadores sem-terra paraguaios, que acusam os brasileiros de se apropriarem do país.

O parlamentar saudou as decisões de reintegração de posse decididas pela Justiça paraguaia, mas criticou as autoridades por não esboçarem reação frente a invasões feitas em seguida.

Para Simon, hospital trata paciente como mercadoria

Ao lembrar a morte de Marcelo Dino Fonseca, 13 anos, filho do ex-deputado e presidente da Embratur Flavio Dino, no dia 14 deste mês, em Brasília, vítima de parada cardiorrespiratória, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que “muitos hospitais ignoram a dor dos pacientes que os procuram — por burocracia ou interesse econômico”. Segundo familiares, houve demora para aplicar medicação no adolescente, que estava internado com crise de asma em um hospital privado.

— Não vejo diferença entre bandido que mata e profissional que deixa de atender premeditadamente a um ser humano que agoniza. Vejo crime na omissão de socorro — disse.

O senador lembrou ainda o caso do secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, que sofreu



infarto e não foi atendido em dois hospitais por não ter cheque para caução. Ana Amélia (PP-RS) mencionou o caso de seu marido, morto há quase um ano, a quem a princípio foi negado atendimento por não ter plano de saúde.

Rodrigo Rollemberg elogia nomeação de novo cardeal

A ordenação de dom João Braz de Aviz, arcebispo emérito de Brasília, como cardeal, é “uma notícia importante para os brasileiros e, especialmente, para os brasilienses”, afirmou ontem Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). A cerimônia, presidida pela papa Bento 16, ocorreu sábado, no Vaticano, e dom João de Aviz foi o único latino-americano entre os 22 novos cardeais, destacou o senador.

Na opinião de Rollemberg, o cardeal já assumiu sua nova função com posições marcantes, ao defender os povos latinos e pedir mais fraternidade e humildade por parte dos países europeus. Dom João também questionou a capacidade de liderança dos Estados Unidos.

— Foi uma atitude corajosa, que reflete um espírito inovador — elogiou o senador.

Rollemberg ressaltou também a importância do lançamento da Campanha da Fraternidade de 2012 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), neste ano com o tema “Fraternidade e saúde pública”.



Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Sessão não deliberativa

9h A sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

Código Penal Audiência de comissão de juristas

14h A comissão de juristas criada pelo Senado para elaborar anteprojeto de lei do novo Código Penal realiza audiência pública para debater o capítulo “Dos crimes contra a vida”, no Salão dos Passos Perdidos, Palácio da Justiça, em São Paulo.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Cumprimento de decisão judicial para reintegração de posse e violência da PM são argumentos contrapostos por parlamentares de São Paulo na Comissão de Direitos Humanos



Aloysio defende o governo paulista ao lado de Ivan Valente, Suplicy, da secretária nacional de Habitação, Inês Magalhães, e do representante da Presidência, Paulo Maldos

Aloysio aponta violência em outros estados

No início da audiência, Aloysio e Suplicy tiveram áspera discussão sobre o propósito do debate. O senador do PSDB entende que havia acordo para não tratar apenas do Pinheirinho, mas também de outras desocupações semelhantes com denúncias de abuso da polícia militar (PM) no Distrito Federal, Acre e Piauí.

— Estamos diante de operação política visando atacar politicamente o governo de São Paulo — protestou.

Aloysio disse que a força policial do estado “agiu cumprindo ordem judicial” e afirmou haver “muita mentira” sobre mortes e violência. Suplicy assegurou que o entendimento foi o de discutir ontem apenas a questão do Pinheirinho, o que incluiu convite a representantes do governo de São Paulo.

— Estão aqui exames médicos e vídeos das cenas — respondeu Suplicy.

Audiência sobre denúncias de violência da PM em desocupações no Distrito Federal, Acre e Piauí foi agendada para 1º de março.

Desocupação do Pinheirinho gera debate de senadores em audiência

NA AVALIAÇÃO DE representantes do governo federal e de parlamentares como Eduardo Suplicy (PT-SP), a desocupação da comunidade do Pinheirinho, em 22 de janeiro, em São José dos Campos (SP), ignorou decisão judicial que suspendia por 15 dias a reintegração de posse do local, e também acordo que estaria em discussão entre os governos federal, estadual e municipal.

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), ontem, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) respondeu que a

desocupação atendeu a decisão da Justiça, afirmou que as críticas à atuação da polícia militar “fazem parte de uma operação política que visa atacar o governo de São Paulo”.

Suplicy e o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) lembraram que, em 18 de janeiro, haviam solicitado ao Tribunal de Justiça de São Paulo o adiamento da reintegração de posse. Como resultado, um juiz de falências dessa corte suspendeu a ação por 15 dias, após obter a concordância do síndico da massa falida da Selecta — empresa

proprietária do terreno onde está a comunidade. Essa suspensão foi revogada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que considerou válidas as decisões da Justiça estadual na ação de reintegração de posse.

O prazo de 15 dias seria necessário para se concretizar acordo entre os governos federal, do estado e de São José dos Campos. De acordo com o secretário nacional de Articulação Social, Paulo Roberto Maldos, “aquela foi uma semana de tratativas entre nós, o governo estadual

e o municipal, e a expectativa era de uma solução pacífica”.

— Por que a opção pela violência e pela exclusão social quando havia uma discussão pacífica em curso? — questionou Maldos.

Aloysio afirmou que a reintegração de posse não é da competência do juiz de falências, e sim, nesse caso, da juíza Márcia Loureiro, da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, que ordenou a desocupação.

— Vivemos em um Estado de direito, no qual as decisões judiciais têm de ser cumpridas.

Sentenças não poderiam ser sobrepostas, alega senador

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) questionou se a decisão pela desocupação teria descumprido outra, da Justiça Federal, que determinava a interrupção da reintegração.

Já Aloysio Nunes argumentou que o Tribunal Regional Federal não está hierarquicamente acima do Tribunal de Justiça de São Paulo e, por isso,

não pode interferir. Segundo ele, o governo federal deveria ter se manifestado sobre o caso em caráter jurídico, para que o assunto fosse transferido para a Justiça Federal. Em vez disso, diz o senador, o Ministério das Cidades apenas se manifestou quando a reintegração já estava decidida, e mesmo assim por meio de documento com

“assinaturas de pessoas de terceiro ou quarto escalão, com promessas vagas e sem nenhum valor jurídico”.

Para Rollemberg, o caso do Pinheirinho demonstra como tudo é mais difícil para os pobres, “ainda mais quando se contrasta com a benevolência da Justiça no que se refere a ocupação pelos mais ricos”.

— Há formas e formas de cumprir uma decisão judicial; no caso do Pinheirinho, faltou um mínimo de razoabilidade e bom senso — disse o senador.

Apesar de reconhecer que o conflito foi provocado por uma “situação social”, Aloysio frisou que não apoia ações de ocupação, e sim o respeito a ordens judiciais.

Intenção era massacrar, afirma ex-moradora

As forças policiais que atuaram na reintegração de posse da área do Pinheirinho tinham a intenção de “exterminar, escorraçar, massacrar”.

Foi assim que Maria Laura da Silva de Souza, ex-moradora da área, relatou os acontecimentos no dia do cumprimento da ordem judicial.

Maria Laura prestou depoimento ao lado do marido, David Washington Castor Furtado. Ao tentar proteger a esposa, ele foi atingido por um tiro e ficou hospitalizado 17 dias.

David foi alvejado por um integrante da guarda municipal, ao passar em ponto de conflito entre guardas municipais e moradores. Naquele momento, eles seguiam em direção a um posto de cadastramento da prefeitura, depois de serem impedidos de retornar à casa onde viviam para tentar recuperar seus bens.

— Era para mim aquela bala. Vi quando o guarda apontou na minha direção. Saí correndo e gritando. Quando olhei para trás, meu marido já estava atingido — contou Maria Laura.

PSTU pede investigação ao Conselho de Justiça

O presidente do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Zé Maria, considera indispensável que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apure os fatos relacionados à ordem de reintegração de posse do Pinheirinho.

Para Zé Maria, a ação policial deveria ter sido paralisada, já que havia duas ordens judiciais conflitantes envolvidas — a ordem de desocupação expedida pela juíza da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, Márcia Loureiro, e a liminar da Justiça Federal que suspendia essa decisão.

Zé Maria disse que o advogado da massa falida que reivindica o terreno já havia entrado com petição desistindo do mandado para a imediata reintegração de posse. Na avaliação dele, isso mostra que a juíza agiu de forma “mais interessada do que a parte interessada”.

O PSTU, com atuação política na comunidade do Pinheirinho, cobrou solução definitiva para o problema de moradia da população desalojada, hoje recebendo benefício do aluguel social ou morando em abrigos.

Entenda o caso da favela do Pinheirinho

No dia 22 de janeiro, ao executar decisão judicial de reintegração de posse em favor da massa falida da Selecta Comércio e Indústria S/A, do investidor Naji Nahas, 2 mil soldados da PM paulista desalojaram cerca de 1.600 famílias que ocupavam terreno de 1,3 milhão de metros quadrados em São José dos Campos (SP), conhecido como comunidade do Pinheirinho. Após a desocupação, houve denúncias de violações dos direitos humanos contra a PM.

A ação foi repudiada por movimentos sociais, entidades da sociedade civil, setores da esquerda e do governo federal. Dilma Rousseff chegou a classificar a operação de “barbárie”, enquanto o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, afirmou que o governo paulista — responsável pelo cumprimento da ordem de desocupação — praticou “terrorismo”. O PSDB, que controla o governo paulista e a prefeitura de São José dos Campos, refuta as denúncias e sugere que elas têm caráter político, visando as eleições de outubro.

Suplicy cobra solução para falta de moradia

Em discurso depois da audiência, Suplicy condenou os casos de abuso e violência policiais registrados durante a operação de reintegração de posse na comunidade do Pinheirinho.

De acordo com o senador, policiais cometeram violência física, psicológica, sexual e ao patrimônio de pessoas que habitavam o terreno.

— No Pinheirinho e na vizinhança, houve inúmeras pessoas feridas, inclusive uma mulher que levou 12 pontos na boca e um homem de 60 anos que, agredido na cabeça, está até hoje internado na UTI. Ele teve traumatismo craniano, conforme podem testemunhar as pessoas que o viram ser agredido pelos policiais militares. Outro homem, conforme mostraram as imagens de TV, foi brutalmente agredido por golpes de cassetete. Centenas não conseguiram se organizar depois do trauma de fugir da polícia, das bombas e da humilhação — relatou.

Suplicy cobrou do poder público a resolução do problema de moradia dos ex-moradores do Pinheirinho.



Ana Amélia: sob dura concorrência, Rio Grande do Sul é o maior produtor de vinhos e espumantes do país. À direita, colheita no Vale dos Vinhedos



Climar Gomes / Prefeitura de Bento Gonçalves

“Desindustrialização assombra o país há anos”

Ana Amélia avalia que, em 2011, a indústria nacional sucumbiu diante da concorrência internacional e cobra da presidente Dilma Rousseff urgência para medidas de proteção

ANA AMÉLIA (PP-RS) cobrou da presidente Dilma Rousseff salvaguardas para a indústria brasileira frente à forte concorrência internacional. A senadora considera que a desindustrialização está assombrando o país já há alguns anos e que medidas urgentes são necessárias, principalmente por parte do governo federal.

A presidente da República, durante a abertura da 29ª Festa Nacional da Uva, em Caxias do Sul (RS), prometeu e defendeu a necessidade de garantias comerciais para o setor viticultor brasileiro (cultivo de vinhas para a produção de uvas, sucos e vinhos), relatou Ana Amélia.

— O Rio Grande do Sul é o maior produtor de vinhos e espumantes do Brasil. Hoje, a cada dez espumantes vendidos aqui no Brasil, oito são de fabricação nacional. E notem que a concorrência é muito grande.

Ana Amélia acredita que a indústria brasileira precisa tornar-se mais competitiva para recuperar o espaço perdido no mercado mundial nos últimos anos. Essa recuperação passa por mais apoio e investimentos públicos, aperfeiçoamento dos sistemas tributário e fiscal e melhorias na infraestrutura.

De acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) citados por Ana Amélia, a indústria nacional

ficou praticamente estagnada em 2011, com acréscimo de apenas 2,2% em postos de trabalho e crescimento de 0,3%.

Rotary

A senadora também informou que na segunda-feira, às 11h, o Senado realizará sessão especial para comemorar os 107 anos de fundação do Rotary Internacional, completados em 23 de fevereiro.

— Hoje, existem mais de 1,2 milhão de rotarianos no mundo, que compõem mais de 34 mil clubes com presença em 216 países. No Brasil, esse número supera os 56 mil sócios, distribuídos em 2.375 clubes. No Rio Grande do Sul, são 264 clubes, com mais de 6.400 associados — disse.

Pesar

Ana Amélia manifestou seu pesar e indignação pelo assassinato, na quarta-feira, do vice-presidente do PP de Charqueadas (RS), Luis Fernando Lindner, aos 34 anos. Segundo disse a parlamentar, o dirigente foi assaltado e morto com dois tiros em seu minimercado e na presença de esposa e filhos.

— Eu gostaria de manifestar meus sentimentos à família e aos amigos desse jovem correligionário e fazer, mais uma vez, um alerta para os problemas graves da segurança pública em nosso país.



Vanessa diz que não há maquiagem na Zona Franca de Manaus

Vanessa diz que secretário de São Paulo foi leviano

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) protestou contra declaração do secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi. Ele afirmou que o governo do Amazonas, ao contestar no Supremo Tribunal Federal normas relativas à legislação paulista que concedem incentivos fiscais à produção de *tablets*, “fez uma defesa de sua indústria de transformação, o que muitas vezes é mera maquiagem com o intuito de criar obstáculos a que novas empresas se instalem em território paulista”.

Para ela, o secretário “não tem direito nenhum de atacar, principalmente de forma leviana”, o Amazonas.

— Ele não pode, de forma descabida, irresponsável, atacar algo que nem sequer conhece. Ou, se conhece, sabe que não há maquiagem na Zona Franca de Manaus.



Pedro Taques afirma que falta planejamento para o Mundial de 2014

Taques pede transparência nas obras da Copa

Pedro Taques (PDT-MT) manifestou preocupação com a transparência na execução das obras da Copa do Mundo de 2014 e lamentou a falta de planejamento.

Ele citou o caso de Cuiabá, uma das 12 sedes do campeonato. A cidade foi escolhida em maio de 2009, mas somente agora, em fevereiro, lançou edital para a implantação do veículo leve sobre trilhos (VLT), em vez do ônibus de trânsito rápido (BRT).

Taques lembrou denúncias publicadas pela imprensa em 2011, afirmando que os pareceres técnicos que sugeriam a instalação do BRT foram ignorados em prol do “trem bilionário em Cuiabá” e revelando o que, em sua opinião, todos no estado já sabiam: discussões políticas vencendo as técnicas, valendo-se até mesmo de documentos supostamente fraudados.



Para José Agripino, redução do custo Brasil depende do governo

Agripino: baixa competitividade preocupa

Preocupado com a competitividade do país, José Agripino (DEM-RN) chamou a atenção para o acordo automobilístico do Brasil com o México e disse que é responsabilidade do governo federal reduzir o custo Brasil.

— O fato de o México ter se tornado um país mais competitivo fez com que o governo brasileiro pedisse de joelhos uma revisão do acordo automobilístico.

Para o Brasil ser mais competitivo, é preciso controlar o gasto público, diminuir o Estado e a carga tributária e aumentar os investimentos em saúde e educação, disse.

— É um alerta para a correção de rumos. Quero um Brasil melhor.

O senador assinalou também que a transposição do rio São Francisco é “um vexame” por falta de projeto e planejamento.



Tema do discurso foi sugerido por internautas, diz Alvaro Dias

Alvaro quer mais investimentos por parte do governo do Paraná

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou ontem, em pronunciamento no Plenário, a queda dos investimentos públicos feitos pelos governos paranaenses na década passada.

O senador destacou matéria do jornal *Gazeta do Povo*, publicada na quarta-feira, para dizer que, de 2000 a 2010, o nível de investimento caiu em

relação ao produto interno bruto (PIB) regional.

De acordo com Alvaro, o Paraná chega a ocupar a última posição em relação a outros estados mencionados na reportagem. Ele afirmou que, quando governador (1987 a 1994), os investimentos públicos chegaram a 88,94% da receita prevista. Outros

governos que o sucederam reduziram o investimento.

Alvaro lembrou que, em seu período no governo estadual, o Brasil enfrentava grave crise financeira, com inflação de 80% ao mês. Mesmo assim, enfatizou, o Paraná cresceu 23%, dando prioridade à reforma administrativa e ao rigor fiscal.

O senador também comentou a relação crescente entre internet e política, dizendo que muitos brasileiros usam a ferramenta para criticar, apoiar ou fazer sugestões. O tema do pronunciamento de ontem, revelou o parlamentar, foi sugerido por internautas que o acompanham no Twitter e no Facebook.